



### TERMO DE REVOGAÇÃO

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 001/2021-CP

**OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA, VARRIÇÃO, COLETA, E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE TURURU, CONFORME PROJETO,**

De posse dos documentos do procedimento licitatório em epígrafe, haja vista a manifestação FAVORÁVEL do Departamento Jurídico e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações: **REVOGO A CONCORRÊNCIA Nº 001/2021-CP.**

### JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA REVOGAÇÃO

A Administração pública se valendo da possibilidade ofertada pela Lei 8666/93 de executar o controle interno dos atos licitatórios, a fim de garantir a defesa do erário público e, tendo em vista *necessidade de alterações no PROJETO DE ENGENHARIA, e por conseguintes no orçamento seus memoriais pertencentes ao projetos*, percebidos após a publicação do processo, garantindo assim o estrito cumprimento aos princípios básicos da **LEGALIDADE, da IMPESSOALIDADE, da MORALIDADE, da IGUALDADE, da PUBLICIDADE, da PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, do JULGAMENTO OBJETIVO** e dos que lhes são correlatos, previstos no Art. 3º da Lei 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos

Assim sendo podemos indicar o art. 49 da lei 8666/93:

*Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

Marçal Justen Filho, ao tratar desta matéria, consolidada o entendimento sobre a possibilidade de revogação do processo licitatório "*sub oculis*", tendo em vista que este não atenderia os interesses públicos, ***in verbis***:

*"Marçal Justen Filho explica que "na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua ANULAÇÃO. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público".*

Do exposto com fundamento no Art. 49, § 3 da Lei 8.666/93, **PUBLIQUE-SE** o ato para conhecimento de possíveis interessados, nos mesmos meios publicitários utilizados anteriormente para que possam exercer caso queiram, seu direito ao contraditório e à ampla defesa conforme Rege a Carta Magna.

TURURU - CE, 20 DE AGOSTO DE 2021

  
FRANCISCO ALEXANDRE LIMA PINTO

ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Prefeitura Municipal de Tururu - 10.517.878/0001-52  
Rua Francisco Sales, 132, Centro, Tururu/CE  
licitacao@tururu.ce.gov.br

Francisco Alexandre Lima Pinto  
Secretário de Infraestrutura  
Portaria N° 02/2021

